SOBRE O MAL À BRASILEIRA E O MAL ESTAR QUE NOS ACOMPANHA

Patricia Birman (UERJ)

Gostaria de partilhar com os leitores de hoje do « O mal à brasileira » algumas questões que me tocaram ao retomar o seu conjunto de textos. Neste livro, a temática do « mal » propiciou um encontro extremamente positivo e produtivo entre duas perspectivas analíticas complementares: uma, mais objetivante do trabalho de pesquisa, na qual a temática do « mal » pode ser apreendida por intermédio de certos fatores considerados em si mesmos « maléficos »; e outra, que dá mais relevo ao ponto de vista « êmico » sobre o « mal », a sua definição e o seu alcance para os grupos sociais concernidos pelo trabalho de pesquisa.

Seria no entanto exagerado tomar esta classificação ligeira como algo mais do que uma referência às tendências que orientaram os esforços de cada um dos autores. De fato, neste livro, as tentativas de objetivação e de relativização se encontram presentes em cada um dos textos, com ênfases talvez variadas. E por uma razão muito simples: fala-se do « mal » « interior » à sociedade dos pesquisadores. Todos os autores se sentem concernidos aos males de que tratam e partilham de uma forma ou de outra de um mesmo projeto nacional.

Pretendo aqui fazer um comentário a respeito de certas transformações que o tratamento da questão do « mal » vem sofrendo na sociedade (aliás, mais precisamente no Rio de Janeiro) e de que forma esta interpela os seus intelectuais. Gostaria de rever « O mal à brasileira » dando relevo às « aflições » que as versões « cariocas » do « mal » ou dos « males » da cidade vem nos provocando no curso da última década e que se refletem nos modos pelos quais buscamos associar o ponto de vista « êmico » com o « ético ».

O meu ponto de partida é uma aparente unanimidade quanto ao « mal maior » que estaria atingindo o Rio de Janeiro: a « violência ». As práticas sociais diversas relacionadas à violência como um « mal » onipresente na cidade têm exigido de seus intelectuais tomar este tema como uma parte importante das interlocuções de que participam relacionadas à cidade. A minha intenção, portanto, é de fazer algumas observações sobre as formas pelas quais temos reagido às interpelações que a « violência » na cidade nos faz. « Ela » tem nos obrigado a refletir e a agir, a acompanhar, a criticar, a aderir a movimentos, a tomar posições, enquanto habitantes da cidade que se sentem concernidos por seus problemas e atingidos pelos « males » que « ela » ocasiona. Esta reflexão se fará com uma certa liberdade, caucionada não por uma pesquisa sobre « intelectuais e a violência », mas pela minha condição de moradora da cidade e observadora forçosamente participante de seus debates e controvérsias.

Tento portanto refletir a respeito desta relação dos cientistas sociais com a « violência » no Rio de Janeiro levando em conta o duplo referencial que a constrange, aquele dado pela condição de pesquisador e membro desta sociedade, em particular, como « morador » da « zona sul » do Rio e integrante das suas camadas médias. Percebo que, hoje, as referências ao « mal » para nós, cariocas, se encontram indissociavelmente vinculadas à idéia de « violência », mais, talvez, do que na época em que o livro « O mal à brasileira » foi concebido. Tema quase onipresente, a « violência » veio alcançando um espaço gigantesco nos debates políticos, forjando paulatinamente a agenda dos problemas e prioridades dos seus governantes, mobilizando freqüentemente as camadas médias e alterando o panorama social, político e religioso do Rio de Janeiro. O que já se encontrava explicitado no trabalho de Alba Zaluar e também no de João Trajano Santo Sé, isto é, o envolvimento de certos setores juvenis com o tráfico de drogas, o envolvimento corrupto e violento dos policiais com o mesmo, o estatuto do crime, a ausência de justiça se tornam referências obrigatórias nos debates sobre a onipresente « violência » no Rio de Janeiro. Em outras palavras, a importância que o « mal / violência » vem assumindo no imaginário da cidade está relacionada com uma

alteração significativa e progressiva do lugar que nesta é dado à criminalidade.

Hoje, no Rio, « Fernandinho Beira Mar » e outros traficantes menos famosos de « comandos » diversos reivindicam um estatuto político, como expressão de um novo poder que desafia o estado de direito e suas leis e também as regras de sociabilidade em diferentes espaços urbanos. Esta situação política e social do Rio de Janeiro parece ser o resultado perverso de um conjunto de fatores entre os quais certamente se encontra a ausência, descompromisso do Estado com os direitos sociais e civis da população e uma cumplicidade de alguns de seus setores e de sua elite econômica e política com diferentes formas de criminalidade associadas ao tráfico e à lavagem de dinheiro.

A importância que veio adquirindo a criminalidade « pesada » do tráfico contudo não dá conta das representações dominantes sobre a « violência » na cidade. Com efeito, o que é designado como « violência » são práticas sociais diversas, unificadas abusivamente sob a rubrica da criminalidade que, das favelas, invadiria cada vez mais a cidade. A noção de violência tem sido empregada, sobretudo pela mídia, para definir fenômenos sociais extremamente díspares, cujos efeitos sociais não são da mesma ordem. Assim, vemos associados sob esta mesma rubrica « violência » práticas sociais cujo elemento em comum é o fato de serem praticadas por indivíduos vistos como pertencentes aos segmentos populares, rapidamente associados à criminalidade organizada. O baile funk, o rap, um pequeno assalto cometido por um « menino de rua », um protesto político de favelados, um seqüestro, um extermínio efetuado por um comando criminoso e balas perdidas que atravessam a cidade são igualados como atos de « violência » e, nesta condição, se apresentam como francamente ameaçadores sobretudo para os habitantes pertencentes às camadas médias do Rio de Janeiro.

Os cientistas sociais do Rio de Janeiro, de uma forma ou de outra, vêm se sentindo cada vez mais questionados pelo que se apresenta neste quadro. E, como indivíduos preocupados pela sociedade em que vivem, são levados a reconhecer que há nesta interpelação um espaço crítico disponível para reavaliar algumas premissas sociais e

políticas com os quais convivem nos seus trabalhos sobre a sociedade. Uma das mais importantes dessas premissas diz respeito à imagem do país como uma « nação cordial » e que contrasta intensamente com esta que acabamos de nos referir. Como sabemos, este tema recorrente na nossa literatura tem sido ao mesmo tempo objeto de controvérsias infinitas que se expressam por reconhecimento (por vezes céticos, por vezes acompanhados de um sentimento de reconforto ou ainda de desconforto e desconfiança crítica) a respeito da validade que continuaria a deter como interpretação sobre o que seria a « natureza » das nossas relações sociais.

Três artigos na coletânea « O mal à brasileira » que tratam da relação dos intelectuais com o seu país se referem à questão da « cordialidade »: a saber, « A cultura cordial dos folcloristas » de Luiz Rodolfo Vilhena que descreve o ponto de vista dos folcloristas, orientados por um projeto nacional em que « o povo » seria seu mais novo ator e representante efetivo da « cordialidade brasileira », o artigo « Utopias Contemporâneas: Ausência do Mal? » de Otávio Velho que explora o sentido que teria para nós a imagem dos « trópicos », o « paraíso terrestre », « sem pecados » constituída num passado longínquo que parece se perpetuar. De forma interessante, chama atenção para o « jogo de espelhos » constitutivo dessa imagem dos trópicos em que viramos prisioneiros do exotismo europeu e de suas fantasias coloniais. Esta imagem de « ausência do Mal » indica o autor, tem contado com a nossa colaboração para não dizer o nosso entusiasmo, ao menos em situações de interlocução com « estrangeiros » quando os traços referentes à nacionalidade são postos em relevo. E o artigo de Maria Laura Viveiros de Castro, intitulado « Violência e Cordialidade na Cultura Brasileira: O Jogo do Bicho e o Carnaval Carioca » que trata destes dois princípios usualmente percebidos como antagônicos, « violência/cordialidade » como as faces de uma mesma moeda, ambos fariam parte do carnaval « tradicional/moderno » que tem sido capaz de criar formas novas de mercantilização, de associação com a mídia e de reforço do poder paternalista e violento dos bicheiros, presente subterraneamente em todo os seus espetáculos.

Podemos relacionar as reflexões oferecidas por estes três artigos no livro « O mal à brasileira » com um artigo mais recente de Luiz Eduardo Soares em que ele busca contextualizar as razões sociais da violência.

Soares faz uma análise instigante da modernização conservadora do capitalismo no país descrevendo-a associada à prática do modelo social e político da cordialidade, a « cultura da hierarquia ». Esta constituiria um meio extremamente perverso de explorar o hibridismo da nossa modernidade « tradicional ». De modo relativamente próximo do trabalho de Viveiros de Castro, ele aponta para uma « mistura » entre o « moderno » e o « tradicional » cujo efeito é uma forma específica de violência. Trata-se, segundo ele, de uma mistura do que existe de pior nos dois sistemas quando apropriada pelas elites do país. Assim, nas suas palavras: « ...a dupla mensagem hierárquico-individualista provê armas poderosas às elites, permitindo que as divisões sócio-econômicas sejam naturalizadas com a linguagem hierárquica, e que se lavem as mãos com a linguagem individualista, em nome do fato de que, afinal, nos termos dessa linguagem, não se deve ser paternalista no mundo igualitário da competição individual. » (2000: 38)

Junto com este diagnóstico efetiva um belo exercício de imaginação antropológica, descrevendo o que seria experiência subjetiva daqueles que estariam submetidos a estas práticas no cotidiano. Diz ele: « Imaginemos o filho de uma empregada doméstica ou de um porteiro de prédio, que convive com o subtexto liberal individualista na escola, na televisão, mas que assiste à encenação da hierarquia personalizada, reduzida ao esqueleto da verticalidade e às manifestações de poder e de auto-afirmação dos superiores, através de uma violência teatralizada, estetizada, insidiosa, surda e naturalizada. Imaginemos a economia psíquica do filho da empregada ou do porteiro e as dificuldades de resgatar o valor, no contexto da vivência de humilhações continuadas e da exclusão, do consumo que se prometia universal, pródigo e includente. Imaginemos o desenvolvimento dos processos identitários de um sujeito interpelado por duas linguagens e duplamente exilado, que se descobre, aos poucos, inapelavelmente

condenado ao gueto que o separa para sempre da integração plena à sociedade e das gratificações narcísicas da cidadania. » (idem: 37, 38).

O exercício de imaginação faz parte do ofício do antropólogo quando este busca se colocar – com todas as limitações que isto implica – no lugar do « outro » para compreender a experiência social específica que estrutura um ponto de vista distinto do seu. E Soares nos chama atenção para algo fundamental de uma experiência da violência que se distancia muito daquela que a maioria de nós, cientistas sociais, temos. Nem o conteúdo atribuído à « violência » é o mesmo, nem a experiência deste lugar assimétrico faz parte das nossas vidas apesar da condição comum de membros da mesma sociedade. Podemos, sem muito esforço, perceber que este sujeito que ele descreve, « interpelado por duas linguagens » a liberal/individualista e a tradicional/hierárquica não pode viver esta interpelação da mesma forma que nós, cientistas sociais brasileiros, que na sua grande maioria pertence às camadas médias da sociedade. Em outras palavras, este « híbrido » liberal-hierárquico, do ponto de vista dos intelectuais, gera outros efeitos na estruturação de suas subjetividades, além de uma certa forma de conceber e/ou discutir a nação, enquanto herdeiros de uma vasta linhagem intelectual preocupada com a identidade nacional.

Em outras palavras, voltando para a « violência » no Rio de Janeiro: o que pode ser legitimamente considerado como uma « violência » praticada pelas elites do país, na relação entretida com segmentos populares, não se inclui no rol dos fenômenos sociais identificados sob a rubrica de « violência » tal como representado pelas camadas médias do Rio de Janeiro. Estas duas experiências sociais distintas que podem ser referidas como « violências » não participam do mesmo debate no interior da cidade, a não ser marginalmente.

Soares aponta a presença desta « violência » da elite do país contra a maioria de sua população como a causa implícita da outra « violência », aquela associada aos segmentos populares e que é facilmente identificada com a criminalidade pela mídia. No entanto, a primeira não frequenta os debates públicos nem se mostra objeto de uma preocupação explícita capaz, por exemplo, de colocar em xeque a imagem de um país cordial. Somente a segunda é considerada

relevante. Dificilmente os segmentos populares são considerados como atingidos tanto por uma quanto por outra « violência ». No primeiro caso, a visão dominante da cordialidade não facilita o questionamento dos seus efeitos perversos e, no segundo caso, não convém já que estes segmentos sociais seriam os próprios agentes desta violência. Apesar disso, eventualmente se reconhece que, como moradores da cidade eles seriam os mais atingidos na medida em que sofrem tanto do poder despótico do tráfico quanto das intervenções policiais.

Podemos pois facilmente imaginar que os diferentes encontros entre os membros das camadas médias cariocas e os filhos dos porteiros e das suas empregadas domésticas se passam no interior de um quadro estruturado por pontos de vista fatalmente distintos sobre os sentidos possíveis da « violência » nas interações que efetivam. Em primeiro lugar, o « híbrido » e a sua dupla mensagem não parece concernir as camadas médias. Como membros privilegiados desta sociedade não tem sido difícil « naturalizar » estas relações de violência que atingem a integridade desses « outros » com os quais temos eventualmente relações de trabalho e com quem compartilhamos espaços públicos e domésticos. Em segundo lugar, o encontro com o filho do porteiro e da empregada passou a ser mais facilmente vivido como ameaçador na medida em que nos sentimos concernidos em maior ou menor medida pelo tema da « violência/criminalidade », sobretudo pela forma intoxicante como este nos é imposto pela mídia. Neste caso, dificilmente escapamos de uma identificação de nós mesmos como « vítimas » possíveis de assaltos, seqüestros, balas perdidas, que teriam « eles », os filhos das empregadas e dos porteiros, como seus possíveis agentes.

De forma persistente, a mídia vem impulsionando reações sobretudo defensivas das camadas médias frente aos grupos populares. Tem reforçado uma perspectiva autoritária e segregativa como solução para uma violência percebida como uma « invasão » da « cidade » pelos pobres vindos das periferias urbanas, identificados como criminosos virtuais. As transformações do espaço urbano e do comportamento das pessoas neste espaço revelam a adoção de uma orientação defensiva em relação à população das « favelas », vista sob

o prisma da criminalidade. As « barreiras » geográficas aumentaram imensamente, as medidas de « segurança » se multiplicam: o número crescente e espantoso de policiais e de « vigilantes » armados, o cerceamento do espaço, as câmeras, o vocabulário corrente não cessa de reafirmar um « estado de guerra » e de atribuir legitimidade a um combate armado a criminosos sem distingui-los da população que habita os territórios controlados por estes¹. As atitudes defensivas têm se conjugado facilmente com empreendimentos de natureza caritativa que visariam antes de tudo aplacar a fúria proveniente destes espaços segregados.

Assim, os encontros possíveis entre os indivíduos, habitantes do Rio zona sul com, digamos, os filhos de suas empregadas, têm sido informados por este pano de fundo construído em torno da « violência » e a política segregativa que se impõe como uma decorrência quase natural desta. São encontros que, guardando uma certa autonomia devida aos indivíduos que os realizam, sofrem das injunções propiciadas pelo seu contexto. A intensificação da cultura da « violência » tem pois tido efeitos subjetivos importantes que se desdobram em comportamentos cada vez mais defensivos na interação entre os membros das camadas médias e os membros dos segmentos populares, identificados ao menos como potencialmente perigosos.

Não há quem não tenha participado de uma conversa a respeito de um « assalto » que só termina pelo cansaço imposto a todos os seus participantes pelo número infinito de « casos » relatados por suas vítimas. No entanto, o sentido outro da « violência », promovido pelo « híbrido » vem paulatinamente se fazendo presente nas tentativas variadas da sociedade em compreender a « violência/ criminalidade » que a ameaça. Haveria « causas », a « exclusão social », a ausência do Estado, a falta de educação, de emprego, etc que poderia « explicar » o sucesso da criminalidade entre jovens favelados... Assim, digamos, a « violência » constitutiva das relações sociais marcadas por este « híbrido » poderia estar informando o comportamento disruptivo e « violento » dos segmentos populares e nesta medida deveria ser considerada. A consciência mesmo difusa da desigualdade social

¹ Cf. o trabalho de Leite (2000) sobre a “violência” no Rio de Janeiro.

frequentemente é aventada nas controvérsias públicas e privadas como a causa última dos males que a cidade enfrenta. Não estaria diretamente em causa o seu modelo, mas o que este estaria induzindo como « violência » produzida pelas camadas populares contra os segmentos mais privilegiados da sociedade.

No entanto, o envolvimento que esta forma dominante de tematizar a violência provoca é mais complexo em se tratando dos intelectuais e também dos indivíduos comprometidos com uma perspectiva democrática. Como Luiz Eduardo Soares nos sugere neste mesmo artigo já citado: « A diferença entre o intelectual que assume seus compromissos sociais e as demais elites é que o primeiro não usa a flexibilidade que a dupla mensagem cultural lhe proporciona para justificar as iniquidades e lavar as mãos. Faz exatamente o inverso: recorrendo à sensibilidade hierárquica, não foge à culpa e à responsabilidade, ao menos idealmente, e, por outro lado, recorrendo à sensibilidade igualitária e liberal, reclama para que as idéias de emancipação individual, liberdade e competitividade produtiva façam qualquer sentido prático e não sejam somente farsas ideológicas. »

Seria pois deste lugar que nós, intelectuais, forjados no interior desta dupla mensagem, buscamos construir as nossas relações e as nossas reflexões com e sobre este « híbrido » da « cordialidade brasileira » e da perversidade de nossas elites e que nos coloca em extrema dificuldade quando passamos a viver os impasses impostos pela « violência »/criminalidade atribuída aos pobres na cidade. A sensibilidade « híbrida » dos intelectuais vem sendo constantemente posta à prova pela forma com que a « violência » tem sido tematizada no caso do Rio de Janeiro gerando nas camadas médias, como mencionamos, um sentimento de ameaça e de insegurança nas relações com os segmentos populares da cidade.

Podemos retomar então o « híbrido » do liberalismo/hierárquico e sua utilização perversa pelas elites do país para analisar a experiência ameaçadora que vivem as camadas médias em relação à « violência ». Com efeito, tenho a impressão que a imagem onipresente da violência dos pobres é uma inversão

em parte fantasmagórica de um reconhecimento implícito da situação que lhes é imposta na sociedade. Assim, a identificação imaginária destes segmentos populares com a violência seria o signo cultivado pela mídia de uma ruptura total dos segmentos populares com a sociedade e suas regras. O que evidentemente é uma interpretação plausível e que pode dar uma chave para compreender uma parte da criminalidade. Neste raciocínio, como segmentos populares, supostos agentes da « violência », não possuem « direitos » nem são percebidos como beneficiários felizes de uma cultura da cordialidade, subsumidos que estariam as suas regras, o que lhes restaria é responder a esta dupla ausência com a criminalidade. Decorreria dessa negatividade a figura do pobre/criminoso, aquele que recusa ocupar de bom grado o lugar previsto na cultura hierárquica sem no entanto fazer valer seus direitos à sobrevivência e ao respeito numa cultura democrática individualista. Teríamos pois uma interpretação da « violência » como um rompimento « unilateral » e « imprevisto » com as formas de sociabilidade vigentes que faz de uma possível descrença nos valores e nas possibilidades sociais oferecidas pelo « híbrido » individualismo/hierarquia uma entrada auto-evidente na criminalidade. O produto desta visão seria pois a condensação numa só figura social, aquela do « criminoso/popular ». Um presumido rompimento « unilateral » de setores populares com a « cultura da cordialidade » os deixaria, nesta interpretação, sem outro recurso que o exercício da « violência ». Transforma-se assim qualquer signo de revolta, de protesto e/ou de ruptura com certos valores sociais num ato potencialmente criminoso e ameaçador.

Difícilmente a interlocução dos cientistas sociais com a sociedade escaparia de uma reflexão a respeito deste pano de fundo que informa a sociabilidade corrente no interior desta « cultura da violência ». De forma geral, esta interlocução tem sido acompanhada por uma tentativa permanente destes de exorcizar o medo, de desestruturar a associação entre pobreza e criminalidade e de se desembaraçar desta lente incômoda que busca informar as

estratégias sociais e políticas dos habitantes do Rio de Janeiro. Muita coisa tem sido feita com este propósito.

As tentativas de se distanciar do « agendamento » da questão da violência feita pela mídia tem produzido sem dúvida efeitos positivos de reação às políticas segregativas que são oferecidas cotidianamente a todos nós. Há um grande esforço dos segmentos sociais que se guiam por valores democráticos e igualitários no Rio no sentido de contrapor à cultura do medo e da violência uma valorização dos « direitos » e de práticas de solidariedade. Seriam recursos sociais e políticos positivos que podem alimentar movimentos contrários à segregação e as variadas formas de extermínio que se pratica contra os presumidos « bandidos » na cidade.

Mas talvez seja preciso levar ainda mais em conta as formas pelas quais os segmentos populares estejam, de fato, se relacionando com este « híbrido » perverso tão bem descrito por Soares. Ainda são relativamente poucas as reflexões sociais que têm valorizado as novas culturas da rebeldia e as novas culturas religiosas como formas de rompimento com solidariedades verticais secularmente estabelecidas. Uma reflexão social mais ampla (que envolva um número ainda maior de pesquisas) sobre o sentido atribuído a estas rupturas pelos que as realizam pode nos permitir escapar de forma mais inequívoca da experiência do medo que a nossa posição social nos conduz. O que sem dúvida permitirá compreender melhor o que tem sido as experiências dos filhos das empregadas e dos porteiros que não partilham necessariamente dos valores que nos formaram (e que colocamos sempre em evidência como parte dos projetos de unificação nacional). Em outras palavras, nos nossos encontros com os filhos dos porteiros e das empregadas - que se fazem a partir de pontos de vista calcados em experiências sociais tão distintas -, o que é que pode se passar de diferente e de novo, para além de tentativas de exorcizar o medo e a insegurança por uma oferta de solidariedade nos patamares estabelecidos por uma « cultura da cordialidade » cujos sentidos possivelmente estão postos em questão?

Creio que algumas pesquisas estão abrindo caminhos interessantes neste sentido². Estas revelam tentativas de compreender possíveis rupturas com a « cultura da cordialidade » (ou mesmo a afirmação de perspectivas extremamente distantes desta) de uma forma positiva, buscando descrever e analisar os pontos de vista daqueles que fazem parte dos segmentos populares. Percebem novos entrelaçamentos entre o protesto radical e projetos de mobilidade social através do rap e do hip hop. Buscam dar conta de movimentos de favelas, dos trabalhos de ongs voltadas para a « cidadania », de estratégias político-religiosas orientadas para construções de um « outro lugar » de manifestações identitárias e políticas. Tentam compreender como movimentos político-religiosos buscam romper com a « cultura da cordialidade », valorizando a mobilidade social e a integração dos segmentos populares em bases mais igualitárias. Investigam como associações musicais, festivas e religiosas se estruturam movidas por outras premissas culturais.

Assim muitos trabalhos que vem se desenvolvendo por cientistas sociais no Rio de Janeiro buscam, com dificuldades, sem dúvida, reconhecer formas de resistência, políticas de ruptura e projetos de integração social que, pelo simples fato de revelarem uma posição mais crítica à « cultura da hierarquia », não podem ser submetidos ao grande guarda-chuva do medo e da segregação tão onipresente entre nós. Aumentar a importância deste caminho de pesquisa ultrapassa em muito o que seria um ato de exorcismo dos sentimentos de insegurança.

² Sabendo que posso estar comentando injustiças por ignorância ou mesmo por distração, gostaria de mencionar como um sinal altamente positivo desta orientação o trabalho de Luiz Eduardo Soares sobre a “guerra santa dos pentecostais” os trabalhos de Regina Novaes sobre “juventude”, incluindo os “rappers” e movimentos associativos diversos, os de Olívia Gomes sobre manifestações culturais “afro” e segregação racial no Rio de Janeiro, os de Clara Mafra sobre os “policiais evangélicos”, os de Marcos Alvito sobre espaços segregados das favelas, os de Márcia Leite sobre os movimentos de favela contra “a violência”, de Bárbara Musumeci sobre a violência doméstica, de Hélio Silva sobre meninos de rua e os de Tereza Caldeira sobre segregação urbana em São Paulo, entre outros. Este conjunto de pesquisas tem se debruçado sobre a “violência” valorizando os sentidos e os pontos de vista dos setores populares.

Pode dar mais lugar à discussão da nossa condição de pesquisadores e de cidadãos nos encontros com os segmentos populares por intermédio de uma valorização mais efetiva das experiências sociais que organizam os seus pontos de vista. Exorcizar o medo e o autoritarismo como solução política, constantemente em pauta na cidade, pode também ser feito pelo reconhecimento mais amplo do que os grupos populares teriam a dizer sobre situações extremas que eles tem vivido na cidade.

O reconhecimento público destes males ainda naturalizados pode ser importante para recolocar nas nossas reflexões sobre o « mal » um dos efeitos em nós da naturalização da hierarquia na sua dimensão perversa, qual seja, uma certa indiferença à questão da violência nas suas formas sociais e políticas mais extremas, quando esta diz respeito às experiências sociais dos segmentos populares.

Referências bibliográficas

BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira. (Orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. "Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência". In: PEREIRA, Carlos. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro : ed. Rocco, 2000.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. *Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2001 (tese de doutorado).